

O sem sentido no testemunho do nome próprio

Keilah Freitas Gerber*
Susane Vasconcelos Zanotti

Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Psicologia. Maceió, AL, Brasil

Resumo: Este artigo aborda o nome próprio em sua relação com a literatura de teor testemunhal ou literatura do trauma. Valemo-nos dessa literatura para desenvolver algumas reflexões sobre a nomeação em Lacan, mais especificamente do testemunho de descendentes de nazistas notórios. Porquanto os nomes legados por seus pais os ligam às barbáries da Shoah, várias narrativas circundam esse tema tão caro à psicanálise. O préstimo do testemunho, entretanto, não se encerrou nesse ponto, pois observamos que o nome próprio e o testemunho se conectam a partir de certa relação com a linguagem que não deixa de incluir o sem sentido.

Palavras-chave: testemunho, nome próprio, psicanálise.

“O que há em um nome? Isso é o que nos perguntamos na infância quando escrevemos o nome que nos dizem ser o nosso”¹ (Joyce, 1922, p. 201, tradução nossa). A questão colocada por Joyce por meio de Stephen Dedalus, em *Ulysses*, ressoa como um eco da pergunta feita por Julieta, de Shakespeare: “O que há em um nome?” (1597/2003, p. 107). Julieta, sem saber que Romeu a ouve, propõe que ele recuse o nome Montecchio e ela deixaria de ser Capuleto, pois somente este nome é seu inimigo (Shakespeare, 1597/2003). O nome não surge como uma questão apenas na literatura ficcional, pois nos consultórios e na literatura de teor testemunhal também observamos o nome próprio como um elemento com o qual o sujeito se embarça e do qual ele tem algo a transmitir; como se ali houvesse um saber ou um mistério que o afeta.

Assim, o objetivo deste artigo é abordar o nome próprio em sua relação com a literatura do trauma. E o que há na literatura de teor testemunhal que a credencia a tornar pensável o nome próprio? Inicialmente podemos evocar a presença do nome próprio em testemunhos, como o de Louis Althusser (1992), por exemplo. Mas o seu préstimo não se encerra nesse ponto, pois o nome próprio e o testemunho se conectam a partir de certa relação com a linguagem que não deixar de incluir o sem sentido.

A emissão nomeadora

A incidência do nome próprio sob o sujeito foi alvo das elaborações de Lacan, que adverte que o nome nunca é indiferente e que “toda espécie de coisas pode se esconder por trás desse tipo de dissimulação ou de apagamento que haveria no nome, sobre as relações que ele tem para pôr em

jogo com algum outro sujeito”² (Lacan, 1961-1962/2003, p. 83, tradução nossa). Ao abordar o posicionamento de alguns estudiosos sobre o nome próprio, como Gardiner, Russell e Kripke, Lacan extraiu elementos para o avanço de sua própria concepção. O autor trabalha a noção de nome próprio enquanto um “significante . . . no estado puro” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 95) e cujo “enunciado iguala-se a sua significação” (Lacan, 1966/1998, p. 833). Ou seja, do nome próprio, segundo as formulações lacanianas, não é possível extrair sentido. A emissão nomeadora “é da ordem da letra” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 90) e, por isso, o que está em jogo no nome próprio não é o seu significado e dele não esperamos nenhuma mensagem.

Por outro lado, Lacan declara que “dizer que um nome próprio . . . é sem significação, é alguma coisa de grosseiramente errada” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 65). Temos, então, o nome próprio como um significante que não porta um sentido, mas que a ele é associada uma série de significações que permitem que o sujeito se reconheça ao longo de sua história. Como é possível algo não ter sentido e, ao mesmo tempo, ser objeto de significações? Essa aparente contradição é um elemento que também sobressai nos testemunhos. O que interessa à psicanálise é justamente como cada sujeito se julga designado em seu próprio ser (Mandil, 2003). Por essa razão, apesar de ser um significante desprovido de sentido, o nome pode insistir como elemento que urge na história do sujeito e que faz com que ele se pergunte o que há com o seu nome.

Um exemplo disso encontramos nas narrativas de descendentes de nazistas, disponíveis na literatura e na sétima arte, que oferecem muito claramente o nome como um ponto importante em suas histórias. Os descendentes de nazistas, também chamados de “segunda geração”, lidam com uma culpa e vergonha, ou um dever de reparar

* Endereço para correspondência: keilahgerber@gmail.com

1 No original: “What’s in a name? That is what we ask ourselves in childhood when we write the name that we are told is ours”.

2 No original: “Que toutes sortes de choses peuvent se cacher derrière cette sorte de dissimulation ou d’effacement qu’il y aurait du nom, concernant les relations qu’il a à mettre en jeu avec tel autre sujet”.

o passado que não é deles, pois os nomes legados por seus pais os ligam às barbáries da Shoah – termo hebraico que significa devastação ou catástrofe e que retira a conotação, ainda que distante, de sacrifício presente na palavra Holocausto (Agamben, 2008). Klaus Von Schirach, filho do comandante da Juventude Hitlerista, Baldur von Schirach, comenta que bastaram doze “ridículos” anos para que certos nomes jamais fossem esquecidos; dentre esses, o dele (Lebert & Lebert, 2004). Rainer Höss, neto de Rudolf Höss – primeiro comandante de Auschwitz, perguntou várias vezes: “o que se passa com esse nome? Mas não havia resposta”³ (Ze’evi, 2011, tradução nossa). Nesses casos, o nome que lhes foi legado parece funcionar como um ponto que baliza a relação dos sujeitos com o outro e com aquilo que eles julgam ser ou poderiam ser. Aqui, nome próprio e testemunho se encontram e apontam para a marca de um trauma.

Algo resta, assim como a pergunta de Rainer Höss, na relação desses sujeitos com os nomes legados por seus pais que precisa ser testemunhada. Miller (2001) afirma que o nome próprio “é um ponto de capitonê, não entre significante e significado, mas entre simbólico e real”⁴ (p. 99, tradução nossa). Assim também acontece com o testemunho que, a partir da cadeia discursiva, busca apresentar o real do trauma. E é nessa medida que podemos tomar as narrativas dos descendentes de nazistas como um testemunho do bordejar com a linguagem o impossível de dizer.

O teor testemunhal

Estamos na era dos testemunhos, anuncia Felman (2000). A referência é o século XX, conhecido como o século das catástrofes. O “testemunho é o modo literário . . . por excelência de nosso tempo” (Felman, 2000, p. 18); nesse contexto, testemunhar seria uma forma de responder às tragédias. O testemunho amarra literatura e trauma, e tem se tornado objeto de interesse em pesquisas antropológicas, literárias, jornalísticas e documentais (Duba, 2010). Apesar da grande difusão, especialmente a partir da década de 1970, não há um consenso entre os teóricos que defina aquilo que se convencionou chamar de literatura do testemunho ou literatura do trauma ou do indizível.

Seligmann-Silva (2007) afirma que não se trata de um gênero literário, mas de uma face da literatura que questiona a sua relação e o seu compromisso com o real. E ele não é o único com esse entendimento (Oliveira, 2008). Apesar do uso do termo “literatura do testemunho” não ser considerado errado, alguns autores preferem a expressão “teor testemunhal”, pois tal noção é mais abrangente (Oliveira, 2008; Seligmann-Silva, 2009).

Existem dois termos comumente utilizados na teoria literária para falar de testemunho: o *Zugnig* (testemunho em alemão) e o *Testimonio* (testemunho em espanhol) – forma de testemunho mais próxima da realidade brasileira que decorre dos sobreviventes dos regimes totalitários da América Latina. Eles assinalam contornos distintos da noção de testemunho, pois

na Alemanha a psicanálise e a teoria e história da memória têm desempenhado já há algum tempo um papel central, na América Latina o “testimonio” é pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão no seu sentido de apresentação de vidas “exemplares”, da tradição da crônica e da reportagem. (Seligmann-Silva, 2002, p. 122)

Apesar de ser desenhado de forma distinta, o testemunho é apresentado como uma modalidade da memória, uma forma de leitura, na própria cultura, das catástrofes (Seligmann-Silva, 2008). O testemunho é ainda retratado como aquilo que confronta a humanidade com sua pior parte e evidencia a posição ética de transmitir o indizível como forma de integrar o excesso de real em jogo no trauma (Koltai, 2016). Nessa mesma direção podemos elevar o testemunho como um meio para refletir sobre o espaço político, ele é a “política da memória”. Adorno (2000) já nos advertiu do perigo de um retorno de Auschwitz ao tentarmos riscar o passado da memória. Portanto, testemunhar é uma escolha ética e contingente, fundamental tanto para aqueles que fazem uso dele quanto para as sociedades em que estão inseridos (Duba, 2010).

Por isso o testemunho não é um simples falar que visa a comunicação de um fato, tampouco se confunde com uma autobiografia. O que está em jogo é uma exigência de dizer que tenta circundar um ponto da experiência que resiste à significação e sobre o qual o narrador, inevitavelmente, sempre retorna (Agamben, 2008; Macêdo, 2010). É habitual nos testemunhos uma tentativa de produzir significação a partir do encontro com uma hiância entre a narrativa e o acontecimento, por isso a sua transmissão é sempre lacunar (Duba, 2010).

Como é possível, então, dar a palavra àqueles que não encontram na língua elementos exatos, precisos, para transmitir a sua própria experiência? Agamben (2008) pondera que o ato de testemunhar requer que o próprio som sem sentido da língua testemunhe daquilo que não tem língua. Nesse ponto é possível sublinhar uma afinidade entre o testemunho e o nome próprio: ambos acolhem a materialidade do som. No nome próprio isso se exprime na sua não tradução entre as diversas línguas, evidenciando assim a materialidade e a irredutibilidade do som que resiste ao sentido. Sobre a não tradução, Lacan (1961-1962/2003) afirma que reside a propriedade particular do nome próprio, não sendo, portanto, a transliteração um fato aleatório. É possível concluir que assim como “uma letra pode apresentar uma confusão entre seu nome e o som que será possível

3 No original: “What’s going on with the name? But there was no answer”.

4 No original: “Le nom propre, c’est un point de capiton, non pas entre signifiant et signifié, mais entre symbolique et réel”.

representar, o sentido que o sujeito atribui ao seu nome próprio também pode se confundir com as letras que o compõe” (Silva & Santiago, 2010, p. 7).

O testemunho só é possível por meio de restos, de esquecimentos, de descontinuidades, daquilo que só pode ser aludido, entrevisto, entreouvido, bordejado (Duba, 2010). Esse ponto que resiste e faz furo na narrativa testemunhal é o trauma. Afinal, é a urgência do trauma que autoriza o sujeito a tomar a palavra e tornar pública uma experiência tão íntima. O trauma é uma palavra que vem do grego e quer dizer “ferida”, e metonimicamente passou a indicar aquilo que causa a ferida (Caldas, 2015).

Apesar da insuficiência da linguagem diante do trauma, o valor do testemunho não está na comprovação dos fatos, e sim com o seu compromisso com a verdade. A autoridade da testemunha advém justamente de falar a partir de um não poder dizer, pois “o testemunho não garante a verdade fatural do enunciado conservado no arquivo, mas a sua não-arquivabilidade . . . ; ou melhor, da sua necessária subtração . . . tanto perante a memória quanto perante o esquecimento” (Agamben, 2008, p. 157). E, nesse ponto, a desconfiança ou negação do testemunho pode ser tão traumática quanto a própria experiência que lhe deu lugar. Por isso, àquele que testemunha não pedimos provas e sobre ele suspendemos a nossa desconfiança.

Pela simples circunstância de se tratar de um fato humano e se valer de significantes, o testemunho mente o real e evidencia a verdade sob a qual a literatura se apoia: a ficção é o destino (Caldas, 2010). Ou seja, a borda que separa a verdade histórica e a ficção se desvanece, porque a própria verdade histórica só se apresenta por meio de distorções e equívocos que são próprios da cadeia discursiva (Chaves, 2015). Nem a linguagem nem a memória dão conta de tudo comunicar. Essa perspectiva interessa particularmente quando consideramos o ato de testemunhar e a própria narrativa dos analisandos, pois ambos acolhem contradições, lapsos e esquecimentos. Dessa forma, podemos concluir que “a ficção é o destino que pode levar adiante e transmitir um saber fazer com o real” (Caldas, 2011, p. 7). Assim, a partir do encontro com o real produzimos significantes para, incessantemente e insuficientemente, tentar cobri-lo e transmiti-lo. Não seria isso o que ocorre com o nome próprio? Sendo ele um significante puro do qual nenhum sentido advém, cabe ao sujeito ficcionar sobre ele, produzindo significações das quais poderá se valer como suporte de identificações que nada mais são do que uma tentativa de suturar o vazio estrutural. É o que nos mostra Lacan (1964-1965/2006) ao ponderar que o nome próprio recobre “uma outra falta . . . ele é feito para obturar os furos, para lhes dar sua obturação, para lhes dar seu fechamento, para lhes dar uma falsa aparência de sutura” (p. 74).

Acolher o testemunho é inscrevê-lo na cultura, é dar-lhe lugar no Outro. É, por fim, acolher o esforço de incluir o inusitado do trauma na história do sujeito e, assim, possibilitar, por meio da palavra, que o sujeito construa algo mais tolerável sobre o vazio do trauma. Disso o analista bem pode testificar. Nesse ponto, apesar de ser comum

encontrarmos textos localizando o testemunho como uma representação, ou tentativa de retratar a catástrofe, Cabral (2005) alude a um ponto que nos parece mais preciso: o testemunho não visa representar, mas tornar presente, apresentar a experiência vivida. Aqui também podemos traçar um paralelo com o nome próprio, cuja função não é condensar características de um sujeito – apesar de poder ser usado como suporte de significações, mas de designá-lo. O nome próprio, como designador rígido, é o significante capaz de designar o sujeito em qualquer lugar que ele for, seja qual for a língua falada – retomamos aqui a não traduzibilidade e a letra (Rosa, 2015).

A literatura de teor testemunhal, inicialmente ligada aos relatos dos sobreviventes da Shoah e outras guerras, sofreu um alargamento e passou a acolher acontecimentos envolvendo, por exemplo, textos como *Iliada*, de Homero, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em que “o trabalho de (tentativa) introjeção da cena traumática praticamente se confunde com a história da arte e da literatura” (Seligmann-Silva, 2008, p. 70). Por essa razão entendemos que na noção de testemunho está incluído “todo e qualquer ‘falar de si’, em que esteja em jogo, impreterivelmente, a aposta de transmissão de uma experiência do estritamente singular” (Caldas, 2011, p. 3).

Como testemunho e trauma mantêm uma afinidade, seria o alargamento do conceito de testemunho acompanhado por uma extensão da noção de trauma? Lacan indica que sim, pois ele enriquece a noção de trauma ao desatá-la de um acontecimento catastrófico. Ao forjar o neologismo *troumatisme*, da junção de *trou* (buraco em francês) e *traumatismo*, Lacan (1973) estabelece uma relação entre o furo no simbólico e o trauma. A linguagem, para sermos mais precisos, se apresenta aqui como a causa do trauma (Caldas, 2015). O trauma, portanto, seria o furo no simbólico, aquilo que concerne ao campo do real, e que, por se apresentar como excesso, demanda e marca o testemunho. E, se há alguma aproximação possível entre psicanálise e literatura de teor testemunhal, é devido à importância dada por ambas à construção de um saber a partir da experiência com o real, com o vazio, com o furo.

Ainda que o trauma não esteja localizado na tragédia, é preciso reconhecer que alguns ambientes culturais podem favorecer a mobilização de excessos de gozo (Caldas, 2015). Freud (1940/2014) já dizia que “o Eu é determinado, sobretudo, pelo diretamente vivenciado, portanto, pelo acidental e pelo atual” (p. 21). O que significa, como nos adverte Adorno (2000), que é preciso escapar do enfoque subjetivista da subjetividade, pois estamos na cultura e somos afetados por ela. Os relatos de descendentes de nazistas mostram como cada sujeito, em sua singularidade, recebeu a marca da história por meio dos nomes que herdaram de seus pais.

Agamben (2008), no que diz respeito a Auschwitz e fazendo uso do conceito messiânico de *resto* de Israel a quem Deus salvará, pondera que as testemunhas não são nem os mortos nem os sobreviventes, mas o que resta deles. Talvez o testemunho revele exatamente o que resta e o que

se pode fazer ou sofrer com isso, ou seja, o testemunho revela o tratamento que é possível dar aos restos traumáticos, concedendo-lhes um lugar. Desses testemunhos recolhemos também o nome como um significante que recebeu a marca do trauma.

A história fraturada e o *tumben Toren*

É necessário compreender em que contexto estão inseridos os testemunhos que invocaremos. As condições sociais e culturais da Alemanha após a Primeira Guerra possibilitaram a ascensão de Hitler e a construção de Auschwitz (Adorno, 2000), da mesma forma que as condições culturais após a Segunda Guerra possibilitaram as narrativas que abordaremos. Apesar de tratarem-se de histórias singulares, uma contingência histórica os conecta.

Logo de saída vale dizer que, longe de ser um evento distante e europeu, a Shoah nos diz respeito, pois diz respeito à humanidade (Duba, 2010). A rememoração está presente na cultura judaica e vários memoriais são erigidos para nunca esquecer; o que está em causa é recordar para não repetir os erros do passado (Wollschlaeger, 2010). Yad Vashem é o memorial oficial de Israel para os mártires e heróis da Shoah em que é documentada e preservada “a memória e a história de cada uma das seis milhões de vítimas e [é compartilhado] o cenário do Holocausto com as gerações futuras por meio de seus arquivos” (Sobre Yad Vashem, 2008). Os alemães, por outro lado, foram marcados pela cultura do silêncio no pós-guerra, pois aqueles que participaram do Terceiro Reich se esquivavam de abordar essa parte da história alemã (Bar-On, 1989; Sichrovsky, 1988). E isso não é uma questão acidental.

As vítimas da Shoah suportaram o que não deveriam, mas podiam suportar, e por isso os sobreviventes testemunham. Agamben (2008) afirma que os carrascos, tal como as vítimas, tiveram que suportar o que não deveriam ou não queriam, mas não se atreveram a podê-lo – essa diferença se mostrará fundamental na forma como os alemães se portaram diante dos horrores cometidos. O autor se vale de uma fala constantemente usada pelos carrascos: a de que eles não podiam fazer diferente – “eles deviam, e basta” (Agamben, 2008, p. 83) e por isso permaneceram íntegros. Tal posição pode ser ilustrada com o discurso de Himmler, de 1943, em que diz:

A maioria de vocês deve saber o que significam 100 cadáveres, ou 500 ou 1.000. O fato de termos suportado a situação e, ao mesmo tempo, apesar de alguma exceção devida à fraqueza humana, termos continuado sendo homens honestos, nos endureceu. É uma página de glória da nossa história que nunca foi escrita e nunca o será. (Agamben, 2008, p. 84)

Befehlsnotstand é o “estado de constrição consequente a uma ordem” (Agamben, 2008, p. 102), cujo recurso foi empregado no julgamento de Eichmann, em Jerusalém (Arendt, 1963/1999) e nas defesas dos

perpetradores em Nuremberg (Bar-On, 1989; Posner, 1991). O recurso ao *Befehlsnotstand* não tinha tanto a intenção de convencer os juízes para que os carrascos escapassem da condenação, e “sim para apresentarem aos seus próprios olhos a situação nos termos – evidentemente mais aceitáveis – de um conflito trágico” (Agamben, 2008, p. 103). Curiosamente, há na literatura medieval alemã a figura do *tumben Toren*, uma espécie de tolo ingênuo e absurdamente inocente que se envolve em algo por vontade própria e por suas próprias motivações, mas que, ao final, por pressões externas, envolve-se em situações das quais não consegue sair (Bar-On, 1989). Essa figura representa bem o trágico inocente-culpado que os algozes encarnaram com o uso que fizeram do *Befehlsnotstand*.

A elaboração do passado, afirma Adorno (2000), “é essencialmente uma tal inflexão em direção ao sujeito” (p. 48). Isso significa que elaborar o passado requer uma implicação do sujeito em sua própria história. Talvez por essa razão tenha sido tão difícil aos perpetradores narrarem as suas próprias experiências e saírem da posição de identificação ao *tumben Toren*. Desse modo, o que restou às gerações seguintes foi recolher as migalhas deixadas pelo caminho ou, simplesmente, ignorá-las. A contraditória posição dos pais de terem se mantido honestos e retos, mesmo tendo participado, direta ou indiretamente, de execuções pode ser verificada no testemunho dos descendentes. De fato, vários nazistas retornaram para a sua vida pacata e mundana após o final da guerra, sem demonstrar perplexidade pelo que tiveram que fazer, afinal, não passara de um dever (Posner, 1991). E não qualquer dever, mas um exigido pela nação e seu *Führer*. Os perpetradores se escondem atrás de uma obrigação com a nação alemã ou de um silêncio impenetrável. Primo Levi (2004) registra em *Os afogados e os sobreviventes* o conteúdo de um relato que uma de suas amigas alemãs ouviu de uma viúva da guerra:

Para que servem todos esses processos que arrumaram agora? O que poderiam fazer, os nossos pobres soldados, se lhe davam aquelas ordens? Quando meu marido veio da Polônia, de licença, ele me contou: “Quase não fizemos nada a não ser fuzilar judeus: sempre fuzilar judeus. De tanto disparar, meu braço doía”. Mas o que podia ele fazer, se lhe haviam dado aquelas ordens? (Levi, 2004, pp. 166-167)

Bar-On (1989) observa que, apesar da violência dos assassinatos de judeus, que incluíam mulheres e crianças, poucos foram aqueles soldados que pediram transferência das unidades de execução. Raros foram os perpetradores que falaram abertamente com os filhos sobre o que viram ou fizeram e, mesmo nesses casos, a culpa aparece fortuitamente. Alguns da segunda geração só tiveram conhecimento das barbáries da Shoah quando o documentário *Noite e neblina* do diretor francês Alain Resnais, de 1955, foi televisionado. Esse documentário,

com cerca de 31 minutos de duração, se propõe a fazer o registro histórico dos campos de concentração. Ver o horror praticado pelos nazistas em imagens e fotos da época e, em contrapartida, a apatia e o silêncio dos pais, teve um efeito em muitos da segunda geração.

O trauma da Shoah afeta as gerações seguintes com experiências que serão decisivas e modeladoras do seu destino (Macêdo, 2014). Em uma carta recebida por Levi (2004) podemos ler que para a terceira geração de alemães o “problema do Terceiro Reich está ainda tão em aberto, ainda é tão irritante e tipicamente alemão, quanto para todos aqueles que viveram antes deles” (p. 161). Nessa perspectiva, a declaração de Hans Frank, o Açougueiro da Polônia, de que “mil anos passarão e eles não levarão a culpa da Alemanha” (Sichrovsky, 1988, p. 175), parece não estar tão equivocada – pelo menos não para os descendentes dos perpetradores. Nas palavras de Posner (1991),

os filhos daqueles que serviram o Terceiro Reich tiveram que lidar com seu legado negro em uma extensão muito maior do que o resto da nação alemã. Aqueles que romperam com a política e os crimes de seus pais são frequentemente assolados pela vergonha e culpa⁵. (p. 216, tradução nossa)

Hannah Arendt (1999), tal como Primo Levi (2004), pondera que apenas num sentido metafórico seria possível dizer que alguém se sente culpado por algo que não fez, e sim o que seu pai ou o seu povo fizeram. Ela acrescenta que “moralmente falando, não é menos errado sentir culpa sem ter feito alguma coisa específica do que sentir-se livre da culpa tendo feito efetivamente alguma coisa” (Arendt, 1999, pp. 321-322). Freud (1913/1969a), por sua vez, observa que o sentimento de culpa por uma determinada ação pode persistir por gerações, mesmo que estas não tenham conhecimento do fato que deu origem a este sentimento e ainda que o sentimento dos pais seja reprimido. Ele dirá que

nenhuma geração pode ocultar, à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise nos mostrou que todos possuem, na atividade mental inconsciente, um *apparatus* que os capacita a . . . desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos. Uma tal compreensão inconsciente . . . pode ter habilitado às gerações posteriores receberem sua herança de emoção. (Freud, 1913/1969a, p. 188)

Como esses casos bem exemplificam, essa transmissão não se dá por aquilo que é claramente dito,

trata-se justamente do contrário – a transmissão produz seus efeitos por aquilo de distorcido e lacunar que é comunicado. Da mesma forma ocorre com o nome próprio, cuja transmissão de marcas não se fia no significado e sentido que podemos lhe atribuir, mas concerne a uma significação possível e contingente.

Posicionar de forma a renunciar a negação das barbáries cometidas pelos nazistas, especialmente através da Solução Final, é algo que move vários dos testemunhos, mas é claro que existe o outro lado. Alguns da segunda geração defendem os seus pais e buscam justificativas para os seus atos. A divisão aqui é recorrente, afinal ninguém os preparou para deixarem de ser filhos dos heróis da nação para se tornarem filhos de criminosos da noite para o dia. Mas, independentemente da posição dos filhos de nazistas notórios em relação aos seus pais, “quanto mais famoso é o nome da família, maior é a pressão pública”⁶ (Posner, 1991, p. 217, tradução nossa). A culpa e a responsabilidade com a qual arcam “por procuração” se vinculam ao nome que esses sujeitos carregam.

Por mais estranho que possa soar, Sichrovsky (1988) afirma que se os filhos de nazistas notórios “veem a si mesmos como vítimas dos seus pais nazistas, eles não são totalmente irrealistas”⁷ (p. 14, tradução nossa). Nessa mesma direção, Posner (1991) declara que conversar com os filhos de nazistas notórios foi um forte lembrete de que os crimes de Hitler reivindicaram muitas vítimas. Afinal, dirá Levi (2004), “um regime desumano difunde e estende sua desumanidade em todas as direções” (p. 97). E a segunda geração testemunha, cada qual em sua singularidade, das implicações de ter o seu nome associado a um dos eventos mais terríveis da humanidade, da posição de sujeito e da saída possível que encontraram diante da culpa e da vergonha que carregam.

Apesar da dificuldade que foi e é dar voz aos descendentes de nazistas, alguns escritores se propuseram a tal trabalho. Esse embaraço talvez esteja cotejado na complexidade que é colocá-los numa posição diferente da de algozes, por identificação aos seus ascendentes; como se não fosse possível reconhecer neles também um atravessamento do gozo do Outro e disso pudessem dar testemunho. Curiosamente, grande parte dos escritores que se interessaram por recolher as narrativas da segunda geração de alemães nazistas são descendentes de judeus.

Para que o testemunho da segunda geração pudesse irromper, os nomes de muitos deles precisaram ser ocultados, pois eles escondem sua origem. De certo modo é possível ver nisso alguma ironia: os judeus, ao serem enviados aos campos de concentração, tiveram os seus nomes roubados pelos nazistas e transformados em números e, ao final, muitos encontraram a morte; parte dos descendentes de nazistas, por seu turno, abandona o

5 No original: “The children of those who served the Third Reich have had to deal with their dark legacy to a much greater extent than the rest of the German nation. Those who broke with their father’s politics and crimes are often troubled by shame and guilty”.

6 No original: “the more famous the family name, the greater the public pressure”.

7 No original: “if they see themselves as victims of their Nazi parents, they are not altogether unrealistic”.

nome que lhes foi legado e os ligava aos seus pais para que, então, pudessem viver.

Afinal, o nome indica um lugar do sujeito no campo do Outro que garante uma paternidade que não é da ordem biológica, mas do simbólico (Siqueira, 2013). Freud (1939/1969b) nos diz que a paternidade não pode “ser estabelecida pela prova dos sentidos, e que, por esta razão a criança deve usar o nome do pai e ser herdeira dele” (p. 140). Logo, carregar um nome tem preço.

Carregar um nome

A verdade possível de ser assimilada da história e de quem foram os seus pais, bordeia a relação da segunda geração com os nomes que lhes foram legados. O nome amarra a presença do outro na história desses sujeitos. Lacan (1966/1998) interroga “qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?” (p. 528). Nesses casos, parece que quem responde é o Outro nazista, esse Outro inocente-culpado que doa a culpa e a vergonha em seu lugar.

Sibylle conserva em seu nome um dos grandes significantes do nazismo. O seu sobrenome não é revelado, apenas que ela é filha de um oficial da SS. A SS, ou Schutzstaffel, foi uma organização cujo objetivo era garantir que a política nazista seria cumprida, eles atuavam desde a intimidação e o terror doméstico até no funcionamento da máquina da morte (Bar-On, 1989). Seu pai, ela relata, minimizava tudo e não sentia culpa por nada. Ela nasceu no pós-guerra, em 1946, e afirma que a escolha do nome Sibylle foi a coroa do cinismo de seus pais. O seu sobrenome começa com “S” de forma que as suas iniciais são SS. Sobre o seu nome, ela afirma ser uma piada “fria e insensível, que me faz passar a vida com esse fardo. Eu não achava isso muito engraçado. E quando eu disse isso, tudo que eles podiam dizer era que eu não tinha senso de humor”⁸ (Sichrovsky, 1988, p. 92, tradução nossa). Apesar do conhecimento do que a SS havia feito durante a guerra, eles decidiram marcar a filha com essas letras. O seu maior medo é manter a tradição de seus pais; por isso ela não tem ou planeja ter filhos (Sichrovsky, 1988).

Gudrun Himmler é filha de Heinrich Himmler – um dos homens mais poderosos da Alemanha nazista. Por questões de segurança, quando da prisão de Heinrich, foi sugerido a Gudrun e à sua mãe utilizarem o sobrenome Schmidt. Gudrun recusou e afirmou que faria uso do nome legado pelo pai, pois queria ser como ele. Em função disso, quando chegou à idade adulta, foi recusada diversas vezes aos empregos a que se candidatava. Afinal, ela era uma Himmler e, como lhe disse um oficial aliado, quem “carrega o nome Himmler é capaz de qualquer coisa” (Lebert & Lebert, 2004, p. 132). O nome Himmler a ligava ao pai e isso era algo particularmente especial para ela. A entrevista

8 No original: “Ice cold and unfeeling, making me go through life with that burden. I didn’t think it very amusing. And when I said so, all they could say was that I had no sense of humor”.

concedida a Norbert Lebert, em 1959, foi a única de que se tem registro. Bar-on (1989), Posner (1991) e Lebert e Lebert (2004) solicitaram entrevista a Gudrun, mas ela se negou a falar sobre o passado. Os três autores deixaram registrado que há indícios de que Gudrun não abandonou os ideais nazistas do pai e que está envolvida em atividades neonazistas.

Katrina Himmler, sobrinha neta de Heinrich Himmler, assumiu uma posição completamente diferente da de Gudrun. No documentário *Hitler’s Children* (Ze’evi, 2011), Katrina testemunha o peso que é para ela carregar esse nome que a liga à Solução Final. Seu relacionamento com os familiares era muito bom, ela conta, até que decidiu investigar o passado da família. Em seu livro *Os irmãos Himmler* (Himmler, 2008), ela expõe aquilo que a família tanto quis esconder – que não apenas Heinrich estava envolvido com o nazismo, como também os seus dois irmãos, ou seja, o seu avô. Por tal exposição ela pagou com a rejeição dos seus familiares. Katrina Himmler (Ze’evi, 2011) afirma ter tentado o melhor que pôde para vincular algo de positivo ao nome Himmler, mas um sentimento de culpa sempre se fez presente.

Rainer Höss, neto de Rudolf Höss – oficial da SS e comandante de Auschwitz por dois anos, preferiu cortar completamente os laços com o pai. No documentário *Hitler’s Children* (Ze’evi, 2011), ele vai pela primeira vez a Auschwitz, o campo comandado por seu avô e onde seu pai cresceu. A casa onde seu avô e pai moraram ficava a um pequeno portão de distância do campo de concentração – esse portão que Rainer diz estar sempre diante dele. Em Auschwitz, Rainer está na companhia de Eldad – terceira geração de sobreviventes, que comenta: “Ele me contou que por anos foi prevenido, especialmente quando era estudante, de participar de visitas a Auschwitz por causa do seu nome”⁹ (Ze’evi, 2011, tradução nossa). A visita ao campo não foi fácil, ele tinha receio de que as pessoas o achassem parecido com o seu avô, que o reconhecessem e acrescenta: “isso pode ser incompreensível para quem não tem esse nome ou que não tem conexão com um campo como esse”¹⁰ (Ze’evi, 2011, tradução nossa).

Gerda vive sob um pseudônimo. Ela não revela quem foi o seu pai, mas diz que ele foi muito importante em sua vida e que cometeu suicídio em 1945. Certa vez, ao ter o seu nome reconhecido, ouviu de uma pessoa: “você nem deveria estar viva. Eles também deveriam ter te matado!”¹¹ (Bar-On, 1989, p. 123, tradução nossa). Sobre os motivos de ter mudado o nome, Gerda responde que teria sido impossível estudar se não o tivesse mudado e a isso conecta o fato de não ter se casado.

Thomas Heydrich é sobrinho de Reinhard Heydrich, chefe da Gestapo. Ele se propõe a falar o que “Heydrich”

9 No original: “He told me that for years he was prevented, especially when he was a schoolboy, from participating in visits to Auschwitz because of his name”.

10 No original: “It maybe be incomprehensible to people who doesn’t have that name or who have no connection with a camp like that”.

11 No original: “you shouldn’t even be alive today. They should have killed you too!”

é e representa. O seu pai se matou em 1944 ao se deparar com a possibilidade de ser preso por estar ajudando judeus a escapar da Alemanha para a Dinamarca com passaportes falsos. Apesar de ter sido o primeiro nazista da família, ele é apresentado pelo filho como uma pessoa muito inocente e que, quando descobriu o que estava acontecendo com os judeus, se posicionou contrário à Solução Final. Apesar do que fez o pai, o que ficou do nome Heydrich para Thomas foram as ações do tio, Reinhard. Desde a adolescência ele sabia da importância do nome Heydrich e costumava se apresentar como o Heydrich mais velho, ele era “o” Heydrich. Ele se sentia especial por compartilhar esse nome. Tudo muda após o final da guerra. A sua família é alertada de que deveriam ter cuidado, pois “ninguém perguntará o que você fez, pessoalmente. O seu nome é Heydrich – isso é o suficiente”¹² (Bar-On, 1989, p. 148, tradução nossa). Essa não foi a única vez em que o seu nome aparece como algo do qual ele poderia se embarçar. Ele foi interpelado várias vezes por ser um Heydrich; as pessoas se diziam um pouco horrorizadas com o seu nome. Depois de um tempo ele começa a perceber que os seus autores favoritos eram judeus, como Heine, Tucholsky e Walter Mehring, e percebe que faz coisas opostas ao que o nazismo pregava como valor. Thomas é ator e interpreta poetas judeus. Ele não teve filhos para que eles não tivessem que lidar com o nome Heydrich.

Bettina Goering, sobrinha-neta de Hermann Goering, líder do Partido Nazista, tomou uma medida radical. Ela e o irmão decidiram fazer esterilização “para que não existam mais Goerings” (Ze’evi, 2011). Curioso observar que a intervenção assumida por eles é realizada no corpo. Corpo este que era alvo da política nazista, haja vista a legislação de 1933, e a sua atualização de 1935, que visava o fortalecimento da “raça” alemã e a proteção da saúde hereditária do povo alemão contra os perigos dos caracteres biológicos de outras “raças” (Macêdo, 2014). Bettina conta sobre o rompimento, aos 13 anos, com a família: “Eu tive uma grande briga com o meu pai sobre os Goerings que acabou em uma luta física, e ele me bateu com um anel que tinha a assinatura Goering – que era um anel enorme, e eu explodi e bati nele”¹³ (Connop, 2007). O nome se presentifica num golpe, que faz com que Bettina assuma uma posição completamente contrária aos ideais familiares: se torna *hippie* e comunista. Bettina formula que, mesmo à distância, ela precisa digerir o que os seus pais e avós fizeram, porque eles mesmos não quiseram ou puderam fazer isso.

Bernd Wollschlaeger, filho de um oficial condecorado por Hitler com a Cruz de Ferro, buscando compreender o que foi a Shoah e a verdade sobre o papel de seu pai, empreende uma jornada. Durante o processo, converte-se ao judaísmo e muda-se para Israel, que ele afirmou ter despertado um verdadeiro sentimento de pertencimento a um povo e a uma crença. Para tirar a culpa e a vergonha de seus ombros,

Bernd compartilha a sua história no livro *A german life* (Wollschlaeger, 2010). Apesar de todos os seus esforços em se desvencilhar do passado familiar, ao se converter ao Judaísmo, ele escolhe um nome de batismo que remete àquele legado pelo seu pai: Dov, o Urso (Wollschlaeger, 2010).

Os efeitos da nomeação se produzem à revelia do sujeito e sobre isso talvez ele pouco possa formular, por isso decidimos apenas apresentar o que eles puderam dizer sobre os seus nomes. Algo de traumático se apresenta nesses casos e por isso as suas narrativas, feitas de restos, foram retratadas como testemunho.

Se consideramos que o que há de verdadeiramente próprio em um nome é o que cada um faz com o nome que recebe, esses relatos testemunham uma tentativa de manejar com um certo referente, o Outro nazista. E nesses casos, à sombra do nome, está o inocente-culpado. A figura do *tumben Toren* parece denunciar uma zona cinzenta em que o inocente e o culpado colidem. Isso impele a segunda geração ao trabalho de produzir significação, seja para abrigar o culpado, seja para acolher o inocente ou, ainda, para assentir que essas duas posições coexistam.

Testemunho e nome próprio

Retomemos a questão inicial: o que há na literatura de teor testemunhal que a credencia a tornar pensável o nome próprio? Para além dos testemunhos apresentados abordarem a nomeação, temos a materialidade de algo que resiste à representação e, sem abrir mão da linguagem, se propõe enfrentar o impossível de dizer. A linguagem aqui não tem o seu uso reduzido a conceitos formais ou a uma mera narrativa, mas trabalha a favor da transmissão de um ponto sem sentido. E por essa razão, para pensar o lugar do testemunho e da nomeação, consideramos a noção de letra.

Bordejando a noção de letra, julgamos encontrar entre o testemunho e o nome próprio uma afinidade possível. A letra é aquilo que faz litoral entre gozo e saber (Lacan, 1971/2009). Não se trata, portanto, de uma fronteira clara entre o dizível e o indizível, mas de uma articulação de elementos distintos, que preservam o furo e a descontinuidade (Mandil, 2003). É disso que o testemunho é feito, a letra aqui é essencial para compreendermos a transmissão possível do real do trauma que se instala entre o que é possível dizer e o gozo indizível. Já o nome enquanto letra é um traço distintivo, uma marca da diferença absoluta que, por meio de significações, dá uma aparência de sutura ao furo estrutural. E, nesse sentido, o nome próprio também visa o real.

Podemos dizer, então, que a letra é o conceito que permite uma conexão entre o simbólico e o que se destaca dele (Mandil, 2003). A aproximação do conceito de letra com o de nomeação permite a Lacan inscrever um gozo insensato no nome próprio que resiste ao trabalho de interpretação. Tal resistência “reitera a dimensão de repetição, de busca contínua da melhor inscrição, de escavação incessante sem termo final” (Mandil, 2003, p. 51). Afinal a sua materialidade aparta qualquer sentido. E disso o nome próprio pode testemunhar.

12 No original: “No one will ask what you did personally. Your name is Heidrich – that’s enough”.

13 No original: “I have the big fight with my dad about the Goering thing. Which ended in a physical fight and He hit me with his signature Goering ring. What was a very, very big ring and I erupted and I hit him up”.

Lack of meaning in the testimony of proper name

Abstract: This study discusses the proper name in its relation with testimonial literature or trauma narrative. The literature is used here to develop some considerations on nomination in Lacan's theory, more specifically the testimony of notorious Nazi descendants. Since the names given by their parents link them to the barbarism of Shoah, several narratives have been developed on this theme which interests psychoanalysis. However, the testimony did not end at this point, as we observe proper name and testimony are connected by a certain relationship with language that also has lack of meaning.

Keywords: testimony, proper name, psychoanalysis.

Le non-sens dans le témoignage du nom propre

Résumé : L'article aborde le nom propre dans sa relation avec la littérature testimoniale ou la littérature du trauma. Nous avons utilisé cette littérature pour développer quelques réflexions sur la nomination, à partir du travail de Lacan. Plus spécifiquement, dans cet article, nous recourons au témoignage de nazis notoires ; car les noms légués par leurs pères les relient aux barbaries de la Shoah, divers récits entourent ce thème si pertinent pour la psychanalyse. L'utilité du témoignage, cependant, ne s'est pas terminée à ce stade, parce que nous avons observé que le nom et le témoignage se connectent à partir d'un certain rapport à la langue qui ne manque pas d'inclure le non-sens.

Mots-clés : témoignage, nom propre, psychanalyse.

El sinsentido en el testimonio del nombre propio

Resumen: El presente artículo analiza el nombre propio en relación con la literatura de testimonio o la literatura del trauma. Nos valemos de esta literatura para desarrollar algunas reflexiones sobre la nominación en Lacan. Más concretamente recurrimos al testimonio de descendientes de nazis notorios; porque los nombres heredados de sus padres los conectan a las atrocidades de la Shoah, Varias narrativas rodean este tema tan caro al psicoanálisis. La utilidad del testimonio, sin embargo, no terminó en este punto, porque hemos observado que el nombre propio y el testimonio están conectados desde una cierta relación con el lenguaje que no deja de incluir el sinsentido.

Palabras clave: testimonio, nombre propio, psicoanálisis.

Referências

- Adorno, T. (2000). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, trad., 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Série Homo Sacer, S. J. Assmann, trad., Vol. 3). São Paulo, SP: Boitempo.
- Althusser, L. (1992). *O futuro dura muito tempo: seguido de os fatos* (2a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1963)
- Bar-On, D. (1989). *Legacy of silence: encounters with children of the Third Reich*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cabral, M. (2005). Primo Levi: notas sobre literatura de testemunho. *Vivência*, 29, 65-74. Recuperado de <https://goo.gl/TpKKPt>
- Caldas, A. P. B. H. (2011). Transmissão da psicanálise e testemunho: a ficção é o destino? In *Anais do VI Congresso Nacional de Psicanálise da Universidade Federal do Ceará* (pp. 1-8). Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará. Recuperado de <https://goo.gl/Hmdgfz>
- Caldas, B. (2010). A voz do outro em evidência: a literatura na América Latina. *Revista Litteris*, 5. Recuperado de <https://goo.gl/nj4N9c>
- Caldas, H. (2015). Trauma e linguagem: acorda. *Opção Lacaniana Online*, 6(16), 1-14. Recuperado de <https://goo.gl/pbkwLm>
- Chaves, E. (2015). Prefácio: o paradigma estético de Freud. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud: arte, literatura e os artistas* (E. Chaves, trad., pp. 7-39). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Connop, C. (Produtora, Diretora). (2007). *Bloodlines*. Byron Bay, Australia: Enchanted Edge Media.
- Duba, C. (2010). Shoah, o filme: a palavra a imagem a voz. *Latasa*, 15, 41-48.
- Felman, S. (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In A. Nestrovski & M. Seligmann-Silva (Orgs.), *Catástrofe e representação* (pp. 13-71). São Paulo, SP: Escuta.

- Freud, S. (1969a). O retorno do totemismo na infância. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp. 125-191). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1969b). A renúncia ao instinto. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 138-145). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1939)
- Freud, S. (2014). O aparelho psíquico. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados* (P. H. Tavares, trad., pp. 15-21). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940)
- Himmler, K. (2008). *Os irmãos Himmler: história de uma família alemã* (A. Antônio, trad.). Lisboa: Calidoscópio.
- Joyce, J. (1922). *Ulysses*. London; Paris: The Egoist Press; Shakespeare and Company.
- Koltai, C. (2016). Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicologia USP*, 27(1), 24-30. doi: 10.1590/0103-6564D20150009
- Lacan, J. (1973). *Seminaire 21 : les non-dupes errent*. Recuperado de <https://goo.gl/UWgHqj>
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: a identificação* (I. Corrêa & M. Bagno, trads.). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos. (Trabalho original publicado em 1961-1962)
- Lacan, J. (2006). *O seminário, livro 12: problemas cruciais para a psicanálise* (C. Lemos, C. B. Fleig, D. A. L. Araújo, I. Chaves, I. Corrêa, L. P. Fonseca et al., trads.). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos. (Trabalho original publicado em 1964-1965)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lacan, J. (2010). *Seminaire 9: l'identification*. (Trabalho original publicado em 1961-1962) Recuperado de <https://goo.gl/M6voK5>
- Lebert, N., & Lebert, S. (2004). *Tu carregas meu nome: a herança dos filhos de nazistas notórios*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Macêdo, L. F. (2010). Lacan, o “relâmpago obscuro”. *Opção Lacaniana Online*, 1(1), 1-15. Recuperado de <https://goo.gl/oqf5Zi>
- Macêdo, L. F. (2014). *Primo Levi: a escrita do trauma*. Rio de Janeiro, RJ: Subversos.
- Mandil, R. (2003). *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro, RJ; Belo Horizonte, MG: Contra Capa; UFMG.
- Miller, J.-A. (2001). *Seminário “Le lieu et le lien”* (Curso). Paris: Université Paris 8.
- Oliveira, M. C. (2008). *A dor dorme com as palavras: a poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Posner, G. L. (1991). *Hitler's children: sons and daughters of leaders of the Third Reich talk about themselves and their fathers*. New York, NY: Random House.
- Rosa, M. (2015). Lacan com Kripke: o real em jogo no nome próprio lido como um designador rígido. *Ágora*, 18(1), 115-130. doi: 10.1590/S1516-14982015000100009
- Seligmann-Silva, M. (2002). Literatura e trauma. *Pro-Posições*, 13(3), 135-153. Recuperado de <https://goo.gl/dVVGKT>
- Seligmann-Silva, M. (2007). Literatura da Shoah no Brasil. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, 1(1), 123-135. Recuperado de <https://goo.gl/Dwx2ag>
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82. Recuperado de <https://goo.gl/cBRMij>
- Seligmann-Silva, M. (2009). Testemunho da Shoah e literatura. In *Anais da X Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino da História do Holocausto* (pp. 1-16). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://goo.gl/cC8gQA>
- Shakespeare, W. (2003). *Romeo and Juliet* (G. B. Evans, ed.). Cambridge, UK: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1597)
- Sichrovsky, P. (1988). *Born guilty: children of nazi families*. New York, NY: Basic.
- Silva, M. M. M., & Santiago, A. L. (2010). Entre a letra e o nome: impasses subjetivos presentes no processo de alfabetização. In *Proceedings of the 8th O declínio dos saberes e o mercado do gozo* (pp. 1-11). São Paulo, SP: FE-USP. Recuperado de <https://goo.gl/Cet9VE>
- Siqueira, E. R. A. (2013). *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. Tese de Doutorado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.
- Sobre Yad Vashem (2008, 9 de julho). Jerusalém: The World Holocaust Remembrance Center. Recuperado de <https://goo.gl/ze3kbb>
- Wollschlaeger, B. (2010). *A vida de um alemão: a história do filho de um herói de guerra nazista*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Ze'evi, C. (Produtor, Diretor). (2011). *Hitler's children*. London: Maya Productions.

Recebido: 10/07/2017

Aprovado: 28/09/2017